

NÃO É CASUAL QUE A DESCENTRALIZAÇÃO DO SUJEITO MULHER PELA TECNOLOGIA DO GÊNERO É REFORÇADA POR UMA NOVA CORRENTE FEMINISTA QUE VEM TANTO DA EUROPA COMO NORTEAMÉRICA, DENOMINADA FEMINISMO POS-ESTRUTURAL, QUE PROPOE UMA CRÍTICA À TEORIA DA DIFERENÇA SEXUAL. O FEMINISMO POS-ESTRUTURALISTA REJEITA POR COMPLETO A POSSIBILIDADE DE DEFINIR A MULHER COMO TAL E TRATA DE DESCONSTRUIR TODOS OS POSSÍVEIS CONCEITOS DE MULHER. QUAL SERIA O FUNDAMENTO DE UMA POLÍTICA FEMINISTA QUE DECONSTRÓI AO SUJEITO FEMININO? ... QUE PODEMOS SOLICITAR EM NOME DAS MULHERES SE AS MULHERES NÃO EXISTEM E TUDO O QUE SE PEDE EM SEU NOME UNICAMENTE CONSOLIDA O MITO DE QUE SIM? COMO PODEMOS ATREVER-NOS A CENSURAR O SEXISMO E A PROCLAMAR QUE ESTE PREJUDICA OS INTERESSES DAS MULHERES, SE TAL CATEGORIA É UMA FICÇÃO? ... PORTANTO É IMPORTANTE REFLETIR SOBRE O PORQUÊ DA PERDA DO DISCURSO FEMINISTA E A CENTRALIDADE DO CONCEITO MULHER ANTE UM PODER HEGEMÔNICO QUE APRENDEU A DESFAZER PROBLEMATICS E IMPOR PARADIGMAS. A REBELDIA DAS MULHERES DESDE UMA POSIÇÃO AUTÔNOMA RESULTA DEMASIADO INCOMODÁ PARA O SISTEMA DE PODER PORQUE QUESTIONAVAM A LÓGICA MESMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS...

DIFUSÃO HERÉTICA EDIÇÕES

O FEMINISMO NA ERA DO NEOLIBERALISMO HEGEMÔNICO



NORMA MOGROVEJO AQUÍSE

Difusão Herética

SOBRE A AUTORA...

**HERÉTICA
EDIÇÕES FEMINISTAS
& LÉSBICAS
INDEPENDENTES**



Editorial feminista DIY e autogestionada, para a difusão feminista contrahegemónica: radical, lesbiana, anti-racista, ecofeminista, anti-capitalista, anarcafeminista e de circulação do pensamento feminista autónomo, resgatando também nossas próprias palavras, pensamento, simbólico e herstoria.

apoiamutua@riseup.net

fotocópie, difunda, circule!

A propriedade intelectual é roubo

ANTICOMERCIAL

Arme seus próprios livros e edições

Autonomia feminista!

Norma Mogrovejo é socióloga, militante feminista e lesbiana. Reside atualmente no México, profesora investigadora da Universidade Autônoma da Cidade do México. Escreve ensaios sobre o movimento lésbico em América Latina e é autora de livros relacionados a história das lesbianas e dos movimentos lésbicos em latinoamerica, assim como tem participado em diversas publicações escrevendo sobre o movimento social latinoamericano, movimento lésbico, de mulheres e das chamadas "dissidências sexuais" (forma de questionar a definição hegemônica de "Diversidade Sexual" ou "minorias sexuais" estabelecida pelo poder aos movimentos identitários que questionam as normas de gênero e sexualidade).

A intenção de difundir e compartilhar este texto é uma chamada a reflexão sobre como se encontra contemporaneamente o movimento feminista, olhando criticamente as tendências injetadas neste por meio da expansão dos Estudos de Gênero e os interesses desde o Poder implícitos na difusão destes em Latinoamerica, como forma de captura e neutralização dos movimentos sociais. O texto faz também um breve recorrido histórico pelas teorias feministas.

tém o poder, já que participam da negociação apenas aqueles que se reconhecem com equivalência de poderes e necessidades.

Que fazer em face desse panorama?

Considero indispensável recuperar e reconhecer nossa história de resistência para reencontrar uma posição nessa trama de relações de poder e re-significar o conceito de mulher nessa história de rebeldia ante um poder hegemônico. Ainda que muitas feministas considerem que no domínio do político, a diferença sexual não deve ser uma distinção pertinente, é importante evitar a tese do humano genérico universal e neutro que nos cobre os olhos frente ao racismo, ao androcentrismo, a heterossexualidade obrigatória e agora aos interesses do mercado.

[1] Gargallo, Francesca. Unos apuntes sobre la teoría lésbica de Norma Mogrovejo, presentación de libro.

[2] Pisano, Margarita, Una larga lucha de fracasos. En: ALAI N°7, noviembre 1999.

[3] Fischer, Amalia, Los complejos caminos de la autonomía. En: Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe. Nouvelles questions féministes 244 N°2, 2005.

[traduzido por clarisse castillos, retirado da bloga mulheresrebelde.blogspot.com].

perda do discurso feminista e a da centralidade do conceito mulher ante um poder hegemônico que aprendeu a destruir problemáticas e impor paradigmas. A rebeldia das mulheres a partir de uma posição autônoma resultava demasiado incômoda para o sistema de poder porque questionavam sua lógica.

É verdade que desde a institucionalização se conseguiu melhorias na condição das mulheres, porém a inserção destas às lógicas do poder impediram o seu questionamento e obrigou as mulheres à cumplicidade de reforçar as dinâmicas do mercado neoliberal às custas de diluir o sentido mesmo do feminismo, assim, da busca da liberdade devemos conformar-nos com os direitos. Daí que Francesca Gargallo nos adverte sobre o surgimento de um feminismo de direita que, longe de potencializar a rebeldia das mulheres, os pactos institucionais serviram para desmobilizar, confundir, alimentar os sentimentos de frustração e sobretudo, alimentar a um sistema de poder regido pela lógica do mercado.

Para Margarita Pisano, um dos principais desafios segue sendo a reconstrução do espaço simbólico da masculinidade que contém em si o espaço da feminidade. Em alguns momentos as mulheres se instalam nos lugares de poder da masculinidade como a política mas sempre a serviço dos interesses da masculinidade, esses "grandes avanços" são formas de acomodação das estruturas masculinas, negociar em condições de desigualdade é uma transação na qual uma se submete às condições do jogo daquele que de-

Ainda que o feminismo tenha suas origens na Europa da Revolução Francesa (Gargallo; 2006), chegou a América Latina no final do século XIX com as sufragistas que lutavam pelo direito ao voto (Lau; 2006). Entretanto, a maior expressão desse movimento social conhecido como "a nova onda do feminismo" ou "neofeminismo" se inicia no começo dos anos setenta. Este foi considerado um fenômeno revolucionário. Ao "politizar" o privado as feministas geraram novas categorias de análise, novas visibilidades e inclusive novas linguagens para nomear o até então sem nome: violência doméstica, assédio sexual, violação no matrimônio, feminização da pobreza, etc., como alguns dos novos significados que foram colocados no centro dos debates políticos (Vargas; 2006). O sujeito mulher era rearticulado a partir de pequenos grupos onde as mulheres estrearam no diálogo entre si como uma forma de apropriar-se da linguagem, de seus corpos e do espaço da política.

Entretanto, a construção de um pensamento feminista latino-americano não esteve alheio às influências de outras regiões, nem aos momentos histórico-políticos. A chegada da globalização e do neoliberalismo obrigou a mudar as dinâmicas de ação e as perspectivas de análise, por isso não se deve falar de um único feminismo mas de correntes que se posicionaram

justamente frente ao fenômeno da globalização.

A igualdade

O primeiro ideal ético concebido pelas feministas da nova onda foi o da igualdade. Inspiradas na reflexão feminista das sufragistas e feministas existencialistas, passam a buscar um lugar na história integrando-se à lógica e aos valores da racionalidade dominante da "nação-estado". O Estado lhes havia negado a qualidade de cidadãs e deviam reclamar sua qualidade de pessoas com direitos iguais. O feminismo da igualdade, influenciado pelo feminismo radical norte-americano colocou, além das reformas pela inclusão das mulheres no mercado de trabalho e no espaço público, transformações no espaço privado, questionando as relações de poder que se davam dentro da família e da sexualidade. Assim, o feminismo deveria mudar o dia a dia na rua e nos quartos. A palavra de ordem "o pessoal é político" teve repercussões em uma América Latina ainda marcada pelas ditaduras e por uma repressão política generalizada. "Democracia na casa e no país"; expressava reivindicação por mudanças nos âmbitos privados e públicos. Assim, levaram a cabo ações para transformar a realidade: protestos públicos contra os concursos de beleza, contra a violência, a favor do aborto; criação de grupos de autoconsciência e de centros alternativos de

des diferenciadas como a de homem, mulher, lésbica, homossexual, bissexual, heterossexual perdem sentido. Yuderskys Espinosa coloca que, na política feminista da re-subjetivação, a partir dos anos 90, se estabelece uma corrida pela legitimação e a luta por conquistar espaços de poder institucional, com a instalação definitiva do feminismo de Estado e das agendas internacionais em quase todos os países, já não houve espaço no interior do feminismo, para pensar a sexualidade fora dos direitos como produção de sujeito. Foi assim como, de questionar a heterossexualidade obrigatória como instituição patriarcal que oprime a todas as mulheres, se passou para uma política de respeito à diversidade sexual, e/ou de direitos sexuais e reprodutivos, centralizada na prevenção da AIDS e na legalização de casais homossexuais, entre outros temas de inclusão. (Espinosa, 2007).

Coincidindo com a premissa de que o gênero é uma construção social, não essencial, o conceito "mulher" não se pode definir pelos atributos, nem biológicos nem sociais, mas por sua posição numa trama de relações onde o biológico, o social, o econômico, o cultural tomam lugar nessa mudança e necessita uma mudança radical. Assim, de Lauretis afirma que a identidade de uma mulher é produto de sua própria interpretação e da reconstrução que faça de sua história, permeada pelo contexto cultural discursivo ao qual tem acesso (De Lauretis, 1992).

Por isso é importante refletir sobre o por que da

nino? O nominalismo ameaça com aniquilar o próprio feminismo (Alcoff, s/f :16).

Admitindo-se que o gênero é simplesmente uma construção social, a necessidade e inclusive a possibilidade de uma política feminista ficam subentendidas. Que podemos solicitar em nome das mulheres se "as mulheres" não existem e tudo o que se pede em seu nome unicamente consolida o mito que sim? Como podemos nos atrever a censurar o sexismo e a proclamar que prejudica os interesses das mulheres, se essa categoria é uma ficção? Segundo o pós-estruturalismo, a raça, a classe e o gênero são construções e, portanto, não podem ratificar nenhuma concepção sobre a justiça e a verdade, uma vez que não existe uma substância essencial subjacente que liberar, realçar ou sobre o que construir.

Assim chegamos à desestruturação das identidades. Mais que busca de uma identidade coletiva, trata-se da ruptura de identidades fixas, a desconstrução dos gêneros estabelecidos e dos sexos designados. As identidades são mutáveis, dependem de momentos estratégicos, políticos e inclusive lúdicos e este nomadismo é o que coloca em destaque a futilidade de buscar uma estabilidade definitiva quanto ao corpo, o gênero ou a sexualidade, o que pode dissolver os dispositivos de normalização (Sáens, 2004).

Sob esses conceitos, a reivindicação das identida-

auto-ajuda, etc.

O feminismo radical abriu as portas a uma crítica da cultura patriarcal, à revalorização de uma cultura própria das mulheres e à geração de um feminismo da diferença ou feminismo cultural.

A diferença e a autonomia

** Foi assim que nos chegou o Feminismo da Diferença, baseando-se fundamentalmente no resgate dos chamados "valores femininos", colocando a busca de uma identidade própria da mulher que marcaria sua diferença com respeito ao homem em um questionamento ao modelo androcêntrico onde o macho é a medida do humano, que inclusive se apropria do neutro. Esta corrente centra sua análise precisamente na diferença sexual. (Varela, 2005:120). A teoria da diferença sexual coloca que o sistema de gêneros como relação hierárquica amarra as mulheres aos homens, impedindo que seu desejo de saber e de se tornar sujeitos corporizados, expresse sua diferença com o pensamento masculino dominante. Na história, o uso pejorativo de todo o feminino e feminizado é estruturalmente necessário para o funcionamento do sistema patriarcal e que, portanto, reivindicar o valor fundamental da diferença feminina é a forma mais profunda de lograr a desconstrução da ordem que se erege a

si mesma como modelo único a seguir. Esta corrente é crítica às reivindicações da igualdade já que considera que não propuseram novos valores.

Esta corrente teve sua maior expressão em 1993 quando um grupo de feministas (autodenominadas *Las Cómplices*) mexicanas e chilenas, colocou a diferença com um feminismo que, consideravam, estava se transformando em um movimento continental de organismos não governamentais para a reivindicação de leis, para alcançar a igualdade, sem questionar a política econômica mundial posterior à queda do muro de Berlim em 1989, nem a procedência dos fundos que utilizam as ONG. O repúdio aos cânones patriarcais não devia servir para dialogar com o mundo dos homens nem para reclamar por algo, mas para refletir sobre a ação feminista, para reconhecer a diferença entre mulheres com o direito à diferença e que não impõe a desigualdade. No marco da preparação da Conferência de Beijing (1995), organizada pela ONU, o Manifesto das *Cómplices* foi uma declaração de afastamento, uma primeira posição contra o que cinco anos depois viria a chamar-se globalização (Gargallo; 2006).

A denominada corrente institucional que derivou da corrente da igualdade se fortaleceu com a geração de ONGs de mulheres com financiamento da Cooperação Internacional para apoiar ações

Frente a esse novo panorama vale a pena fazer algumas perguntas. Por que as demandas estão agora centralizadas unicamente no âmbito dos direitos? O que aconteceu com a construção do sujeito mulher e suas demandas específicas? O que aconteceu com os questionamentos feitos às relações de poder classistas, racistas, geracionais, androcêntricas e heterocêntricas? É verdade que perde sentido a interpelação ao Estado ante a arremetida do neoliberalismo mesmo quando é o próprio Estado quem abre as portas às transnacionais?

Não é casual que a descentralização do sujeito mulher pela tecnocracia de gênero é reforçada por uma nova corrente feminista que vêm tanto da Europa como dos Estados Unidos, denominada feminismo pos-estrutural, que coloca uma crítica à teoria da diferença sexual. Questionam o determinismo biológica da conformação da identidade e afirmam que a corrente da diferença é incapaz de pensar nosso futuro a longo prazo.

O feminismo pos-estruturalista, refuta por completo a possibilidade de definir a mulher como tal e trata de desconstruir todos os possíveis conceitos de mulher. O conceito "mulher" a partir do pos-estruturalismo, denominado também nominalista, sustenta que isso é uma ficção e que o feminismo deve orientar seus esforços para desmantelá-lo. Não obstante, a adesão ao nominalismo coloca sérias dificuldades para o feminismo. Qual seria o fundamento de uma política feminista que desconstrói o sujeito femi-

maneira, a mobilização de centenas de mulheres que emergiram nos anos 80, foram substituídas pelas negociações e lobbys destas instituições que falam em nome do conjunto de mulheres. Por exemplo, a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos foi uma demanda imposta pelas agencias internacionais como parte dos interesses dos Estados e a resposta ao novo contexto econômico na perversa relação população-economia e desenvolvimento. (Espinosa, 2007).

O feminismo pos-estrutural em tempos de globalização

O impacto das lógicas neoliberais nos anos 90 não só no plano econômico, mas também no social e cultural, acentuou a tendência a privatização inclusive das condutas sociais e a uma crescente fragmentação e individualização das ações coletivas como movimento, ao gerar-se uma "cultura do eu, temerosa de envolver-se em compromissos coletivos" (Lechner; 1996). Esta mudança de época trouxe também mudanças nos discursos, nas análises e nos olhares. Se o marco interpretativo para o feminismo e outros atores sociais era o Estado-nação, agora debilitado pelas transformações da globalização, as escalas da ação social se transportam do local ao global e reaparecem e reaparecem não tão novos paradigmas, assim, assumem centralidade demandas como as dos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e diversidade sexual.

positivas e de resistência a favor das mulheres. Se bem que num primeiro momento esta experiência contribuiu muito para o fortalecimento do movimento feminista latino-americano, a tendência à institucionalização fazia priorizar resultados que as agências financeiras exigiam, assim estas Organizações foram cada vez mais, se orientando mais pela lógica do trabalho assalariado do que sobre a reflexão do sujeito mulher latino-americana (Fischer, 2005:54).

Este feminismo institucional tem sua raízes no impulso do Informe Mundial sobre Estatuto da Mulher que mudou a idéia de que a situação das mulheres fosse de competência exclusiva dos governos nacionais e da Comissão do Estatuto das Mulheres das Nações Unidas em 1946, esta corrente formou lobbys, grupos de pressão e negociações até a criação de ministérios ou de institutos inter-ministeriais da mulher, sua aposta é situar-se dentro do sistema e ainda que para muitas não é feminismo, esta corrente conseguiu mudanças concretas para as mulheres através de convênios internacionais que os países firmaram com as Nações Unidas (Varela, 2005:123). É assim que, produto da Conferencia de Beijin, saiu o compromisso dos Estados de incorporar a agenda de gênero ao sistema político e em conseqüência, a criação de institutos ou ministérios da mulher manejados por atores agora governamentais, não necessariamente feministas, dando lugar à tecnocracia de gênero e a uma classe política denominada "as ex-

peritas”, as que falam e negociam em nome das mulheres.

No entanto, a aplicação das políticas de gênero tampouco responde às boas intenções das “expertas” mas a condicionantes legais, administrativos, filiações partidárias e ideologias que podem ser absolutamente contrárias aos princípios que originaram esses mesmo espaço. É caso de governos conservadores como o mexicano, que embora com a obrigatoriedade de institucionalizar a perspectiva de gênero tiveram que modernizar seu discurso sobre o papel da mulher, embora a base feminina do PAN se desliga do feminismo e defende princípios doutrinários como o direito à vida desde a concepção do ser humano até a morte, e coloca sérias resistências ao reconhecimento dos direitos das dissidências sexuais. Nesses casos, a infra-estrutura para institucionalizar a perspectiva de gênero serve para difundir valores morais e religiosos como a defesa da família, a vida e, por que não, do mercado. Ou, no caso de governos de esquerda, a perspectiva de gênero entra em contradição com a promoção dos direitos das mulheres e a negação em reconhecer os mínimos direitos trabalhistas de suas trabalhadoras e mantendo uma relação patronal de acordo com a lógica do mercado neoliberal.

Ou o da candidata feminista que por manter o pressuposto que outorga a legalidade eleitoral, reconhece como legítimo ao candidato que chegou ao poder baixo diversas formas comprovadas de fraude eleitoral. Situações onde gênero e Estado pareciam

não ser compatíveis.

Gargallo afirma que com alguns governos conservadores apareceram “feministas de direita” que reivindicam o direito das mulheres a não sofrer violência doméstica e ocupar postos políticos importantes mas, ao mesmo tempo, combatem com juízos morais e religiosos o direito ao aborto, o reconhecimento das dissidências sexuais e a anticoncepção. Se opõem às críticas à família nuclear e declaram morto o feminismo como teoría das mujeres, mas não criticam que seus governos ataques violentamente às mulheres que reivindicam posições políticas contrárias, não castigando o uso da violência sexual exercido pelo aparelho repressivo oficial (polícia ou exército) ou paramilitares. Ao mesmo tempo, nunca exigem o fim da impunidade com a violência como os femicídios.

Com estas representantes da direita, as especialistas de gênero estão obrigadas a compactuar nos espaços públicos fazendo do feminismo uma prática funcional para o sistema capitalista, neoliberal e repressor.

A crítica das autônomas contra a corrente institucional, ou o também denominado feminismo hegemônico, se centra principalmente na instalação de um neocolonialismo devido ao fato que, primeiro as ONGs, e agora as instâncias governamentais se encontram condicionadas pelos interesses das agências financiadoras e pelos países que representam, desta